

A eleição de Alzira Soriano e o poder político coronelístico no Rio Grande do Norte (1920- 1930)

Isabel Engler

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS)

Isa97_engler@hotmail.com

Monica Hass

Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul
(UFFS)

monica@uffs.edu.br

Introdução/Justificativa

Ao final da Primeira República Alzira Soriano foi a primeira mulher prefeita do Brasil, eleita no dia 2 de setembro de 1928 na cidade de Lajes, sertão do Rio Grande do Norte. Neste período o voto ainda não se estendia as mulheres brasileiras, porém uma lei deste estado de nº 660, de 25 de outubro de 1927, concedeu as mulheres o direito de poder votar e serem votadas.

Alzira Soriano, nasceu em 29 de abril de 1897 em Jardim de Angicos. Seu nascimento foi muito comemorado, pois a primogênita do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos e da dona Margarida Teixeira de Vasconcelos, foi a primeira filha a sobreviver aos primeiros meses de vida. “Antes dela, nasceram outros três duas mulheres e um homem, que não sobreviveram às doenças da infância. Miguel e Margarida tiveram 22 filhos, apenas sete mulheres e um homem se criaram.” (SOUZA, 1993, p, 17). Todos os outros filhos do casal morreram antes de completar dois anos. O seu pai:

[...]detinha o poder político da região, que incluía os municípios de Lajes e Pedra Preta. Era também o maior comerciante da cidade, que se beneficiava da constante passagem de viajantes. O trem vinha somente até Taipú. Dali os viajantes e comerciantes seguiam viagem de cavalo, pernoitando em Jardim, meio do caminho. (SOUZA, 1993, p, 17).

O coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos é a representação da estrutura política da Primeira

República, onde a base política do coronel encontrava-se em seu município, e seu poder se estendia aos municípios vizinhos, formando bases de controle político com as oligarquias estaduais.

A figura do coronel geralmente sustentada em bases rurais, detinha grande porcentagem de terra, tendo assim força econômica e controle sobre apadrinhados que trabalhavam em torno da propriedade. Esse coronel ocupando posição de chefia usa o poder municipal para benefício próprio.

Quanto a origem do título de coronel,

Que muitos proprietários rurais ostentavam e que era sinal de poder e prestígio principalmente nos municípios onde se localizavam suas fazendas, teve origem no processo de criação e instalação da Guarda Nacional no Brasil, no século XIX. Era uma patente militar concedida a grandes proprietários, ou por eles compradas, e normalmente herdada por seus descendentes. (MONTEIRO, 2007, p. 107).

Nesse ambiente que Alzira convive desde cedo. Em 1914 Alzira Soriano casa-se com Thomas Soriano de Souza Filho, promotor pernambucano que é nomeado promotor da comarca de Jardim de Angicos. O marido falece em 1919 de gripe espanhola, e Alzira volta a casa paterna com três filhas.

Na década de 1920 efervesciam no Brasil e no mundo os movimentos sufragistas. No Brasil o movimento feminista tomou força com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)¹, tendo como principais bandeiras a igualdade de direitos políticos.

Tendo em vista as primeiras eleições municipais no Rio Grande do Norte “Em 1928, Bertha Lutz veio ao Rio Grande do Norte discutir com Juvenal Lamartine a questão da inclusão de uma mulher na disputa de um cargo eletivo.” (SOUZA, 1993, p.25). O governador Juvenal Lamartine mesmo grupo político do coronel Miguel Teixeira, visita Lajes, junto com a líder da FBPF Bertha Lutz, onde efetiva-se a candidatura de Alzira Soriano a prefeita.

Com o estudo deste caso buscamos compreender a participação da mulher na política durante a Primeira República a partir do estudo sobre a eleição de Alzira Soriano, inserida no contexto da estrutura política oligárquica do Rio Grande do Norte.

1 A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundada no Brasil em 1922, tinha como presidente Bertha Lutz. Apesar de o movimento ser filiado ao movimento sufragista internacional, no Brasil pertencia a uma elite intelectual e econômica.

Objetivo

Compreender a participação da mulher na política a partir da eleição de Alzira Soriano dentro do contexto coronelístico da Primeira República.

Referencial Teórico-Metodológico

O presente estudo ocorre no contexto político da Primeira República. Alzira era filha de um coronel e estava inserida dentro de uma elite agrária local. A pesquisa tem como suporte teórico-metodológico o campo da Nova História Política, inaugurada após 1970. Conforme Cardoso “a história política tendeu a abandonar as ingenuidades do narrativismo tradicional em favor de posições mais de acordo com a moderna ciência política” (CARDOSO, 2012, p. 45).

Um conceito imprescindível para este estudo faz-se o coronelismo e, a partir do livro de Victor Nunes Leal “*Coronelismo, enxada e voto*”, entendemos o coronelismo como um fenômeno datado e com uma identidade própria na Primeira República. Segundo Leal “O fenômeno de imediata observação para quem procura conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado ‘coronelismo’” (2012, p.23). De acordo com Maria Efigênia Resende (2007), os coronéis constituem a base das relações da República oligárquica, sendo a estrutura coronelística ligada as relações de poder regionais, estaduais e nacional.

Essas relações de poder estavam expressas a partir do voto de cabresto e relacionadas diretamente a questões econômicas, pois a distribuição dos impostos ao município ficava a cargo dos estados. Os municípios que estavam vinculados ao governo estadual tinham vantagens para destinação dos recursos financeiros e a nomeação de funcionários estaduais, sendo que a sua indicação era influenciada pelo coronel, como:

Professoras primárias, coletor, funcionários da coleta, serventários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. Mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios, evita nomeá-los, desde que venha isso a representar quebra de prestígio do chefe político do município. (LEAL, 2012, p. 34)

Usando-se de poder público o coronel garante sua influência sobre a população, garantindo os votos para sua oligarquia estadual, segundo Maria Lourdes Monaco Janotti “Como o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer ou pesar nessa barganha, os coronéis revestiam-se de autoridade municipal. Eles comandavam o ‘eleitorado de cabresto’, portanto, eram líderes integrantes do pacto” (2012, p.37). Envolvendo em uma teia de compromissos recíprocos.

Para os coronéis era preciso além de ganhar a eleição, continuar mantendo o poder, controlando as câmaras de vereadores, os cargos de juízes, chefe da polícia em sintonia com a oligarquia estadual garantindo recursos, e também poder sobre as forças militares, para usá-las se necessário.

Alzira Soriano era filha de um coronel em um período em que a política da Primeira República era caracterizada pela estrutura oligárquica ligada ao poder dos coronéis, onde o voto excluía as mulheres, analfabetos, estrangeiros e religiosos. O campo de estudo da história a partir da autora Joan Scott (SCOTT in BURKE, 1992) visto como um novo campo de estudo a partir de 1960, inaugurou junto com a nova fase dos movimentos feministas, novos olhares sobre a história das mulheres.

A história da organização do movimento sufragista no Brasil, tema abordado nas obras de Jane Hahner (1981) e (2003), auxiliam na compreensão da influência que os movimentos sufragistas internacionais tiveram no Brasil, principalmente em relação a ligação do movimento sufragista dos Estados Unidos e Brasil. A autora Celi Regina Jardim Pinto (2003) traz o debate da história do feminismo no Brasil, chamado feminismo da “primeira onda”, onde demonstra a importância das mobilizações no início do século até a conquista dos direitos políticos, em contrapartida aos estudos dos movimentos feministas a partir de 1980 (feminismo de “segunda onda”). Buscamos compreender através de novas fontes citadas a seguir novas perspectivas no estudo do feminismo nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

As fontes da pesquisa dialogam entre si, sendo uma delas a biografia intitulada “*Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos primeira mulher eleita prefeita na América do Sul*” (1993) escrita pela jornalista e museóloga Heloisa Maria Galvão Pinheiro de Souza. Publicação importante para tomarmos conhecimento sobre a vida de Alzira Soriano. Para nos auxiliar na relação com a biografia e a história nos aportaremos a autora Sabina Loriga (1998) onde compreendemos a importância da biografia considerando o contexto histórico vivido pelo indivíduo.

A literatura da nova história política traz um novo olhar sobre a imprensa, principalmente os periódicos. Através dos jornais é possível perceber os interesses publicitários, jogos de poder, as demandas em determinadas conjunturas. Disponível nos arquivos da biblioteca nacional a seção *Feminismo* do jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, escrito pela FBPF, que divulgou amplamente a eleição de Alzira Soriano e retratou o seu papel de mulher, mãe e viúva e que o equilíbrio entre a política e os afazeres domésticos são possíveis, não contestou explicitamente o poder patriarcal.

Também serão consultadas na biblioteca nacional, no fundo FBPF, cartas escritas entre 1927 e 1930, entre Alzira Soriano e Bertha Lutz; entre Bertha Lutz e o Coronel Miguel Teixeira e correspondências trocadas entre Bertha Lutz e o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine. As cartas dialogam sobre as ações e estratégias políticas da FBPF e o planejamento das visitas feitas pela representante da FBPF Bertha Lutz a cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte, antes das eleições.

Resultados

A partir da análise das fontes consultadas podemos inferir inicialmente que Alzira Soriano encontrava-se inserida na estrutura coronelística de sua cidade, pois era oriunda de uma elite local e filha do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, comandante político da região e que estava alinhado com a oligarquia estadual que governou o estado do Rio Grande do Norte na década de 1920 a 1930, sendo que os representantes desta oligarquia tinham como uma de suas bandeiras o voto feminino. A estrutura coronelística da Primeira República garantiu a Alzira Soriano alianças que indicavam as estruturas de poder político em nível local e estadual e a ligação nacional com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O contexto propiciou que se tornasse prefeita, porém não modificando o modo de fazer política em Lajes – Rio Grande do Norte, que remete a práticas coronelistas.

Referências

SOUZA, Heloísa Maria Galvão Pinheiro de. **Luísa Alzira Teixeira Soriano**: primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA,1993. (biografia).

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: **Novos domínios da**

história, Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Org). Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 39-54.

HAHNER, June E. Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

JANOTTI, Maria Lourdes Monaco. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MONTEIRO, Denise Mattos. Coronéis e oligarcas: o Rio Grande do Norte no sistema de poder da Primeira República. In: **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora EDUFRN. 2007, p.119- 148.

PINTO, Celi Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção história do povo brasileiro), 2003. p.120.

RESENDE, Maria Efigênia L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. (org.) **O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 89-120.

SCOTT, Joan. História das mulheres in: BURKE, Peter. A escrita da história. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.